INCLUSÃO ESCOLAR, OBSTÁCULOS E SOLUÇÕES

ANA PAULA PEREIRA SOBRAL

RESUMO

Diante de infinitos desafios enfrentados por professores e familiares na busca de uma educação inclusiva que vise o pleno desenvovimento intelectual e social da criança com deficiência, o presente artigo pretende provocar uma análise e reflexão a respeito das políticas de inclusão, com base nos atuais conceitos de inclusão avaliados pelos pesquisadores que vem de encontro aos anseios e questionamentos dos seus direitos. Analisando os caminhos da inclusão a integração na educação, e os novos conceitos para uma maior qualidade de ensino analisaremos diferentes possibilidades, levando-se a refletir, as novas abordagens inclusivas educacionais, e seus reflexos na sociedade.

PALAVRAS CHAVE: Politicas Inclusivas, Sociedade. Educação. Anseios.

Introdução

Em um contexto geral a discussão de inclusão aborda diversos temas, tendo como

maiores entraves a capacidade de aceitação, independente de que tipo de igualdade se espera, imagina-se que todos têm a capacidade de relacionar-se independente do tipo de limitação, porém os caminhos para que este processo aconteça dependerá dos envolvidos, deveram juntar esforços e buscar meios para que as facilidades do educando em questão minimize suas dificuldades ajudando no contexto pedagógico e social, sem preconceito ou qualquer tipo de questionamento. Porém mesmo analisando diferentes bibiografias vê-se a necessidade deste novo conceito e observa-se que a sociedade ainda apresenta uma certa resistência em se tratando de direito para todos. Hoje frente a estes novos conceitos para além dos preconceitos sociais, a educação que deveria ser porta de entrada para oportunizar estes novos conceitos, tem encontrado dificuldade, quanto à permanência, o avanço, e o preparo de profissionais para uma aprendizagem de qualidade. Em se tratando ao acesso à educação em que este esta contribuindo para proporcionar aos portadores de necessidades especiais acesso ao mercado de trabalho de maneira mais igualitária, seus administradores procuram mudar suas característica de competitivo e excludente. Diante de tão grande importância o tema inclusão apresentado neste trabalho pretende tecer um rol de reflexões que direciona e analisam estas novas reflexões que contribuem para uma prática menos segregacionista onde a palavra preconceito fica apenas no dicionário sem o menor sentido em se tratando de forma de tratamento em nossa sociedade. A porta de entrada para tão pensamento e as nossas escolas, lugar onde se transforma pensamentos e atitudes sendo assim centraliza-se o tema no que nossas escolas oferecem para que os alunos portadores de necessidades especiais sejam incluídos não de forma ideológica, mas de maneira significativa, de modo que realmente rendam frutos na sua vida enquanto cidadãos.

Penso que é muito pertinente iniciar este trabalho contextualizando-o com o atual interesse que tenho pelo tema, já que por inúmeras vezes me deparei com alunos com necessidades especiais, que apesar de estarem em salas de aulas regulares não alcan-

çavam um conteúdo mínimo para continuar uma “vida normal” na sociedade. Com este intuito, senti-me instigada a buscar bibliografia que discutissem tão situação, autores que desenvolvem trabalhos relacionados com a inclusão e, embora a inclusão seja uma prática ainda incipiente em nossas escolas, observo que por vezes se torna alvo de desconhecimento, pelo corpo docente dificultando todo um processo de ensino e aprendizagem.

Dificuldades esta que consiste não apenas na aprendizagem, mas também no convívio com as diferenças, na visão participativa, a questionar a maneira que esta inclusão acontece em sala de aula.

Percebe-se que as propostas de ações educacionais trazem em sua maioria práticas que já não, mas condizem com os tempos atuais, nos quais se observa a necessidade de sentimentos como tolerância e respeito. Sentimentos estes em transformação, já que se espera que não apenas haja tolerância, mas que através da educação os portadores de necessidades especiais se sintam parte desta sociedade tanto quanto os que não possuem quaisquer limitações.

Observa-se que em um primeiro momento a preocupação da escola e da sociedade é a garantia ao acesso destes serviços já conquistados por lei, porém os questionamentos de como estes estão se dando ainda é tímido. Não basta garantir o acesso, é preciso criar as condições para que todos os alunos aprendam independente de sua limitações, e isso se dará através de um percurso, a fim de garantir a qualidade, e emancipar estes alunos, encaminhando estes para a sociedade de maneira a ocuparem lugares graduados, e não apenas tenham seus serviços como um consolo pela sua deficiência.

Uma legislação voltada para a inclusão escolar nos faz analisar estas novas perspectivas de sociedade, porém não garante reais mudanças, pois não se podem garantir visões sociais igualitárias, nem garantir uma escola acessível aos saberes escolar. Há de se promover transformação significativa no interior da escola para que estas mudaças reflitam de maneira significativa na sociedade.

A inclusão é possível

Observa-se que a escola tem dado os primeiros passos para a inclusão social é dessegregando essas crianças ditas como “diferentes”. Visão contrarias classificavam estas crianças como incapazes de apresentar resultados satisfatórios, fazendo com essas crianças sejam rejeitadas, limitadas e em alguns casos mais radicais, eliminadas do convívio social. Em seguida, é preciso o entendimento de que, mesmo com deficiências, essas crianças possuem capacidades que precisam ser descobertas, evidenciadas e estimuladas.

De maneira geral observamos que as escolas não estão preparada, isso se dá a falta de materiais e profissionais especializados.

O conceito também vem mudando de portadores de necessidades especias, para “especiais” até o conceito de deficiente por ser considerado em alguns casos segregário, as discursão em torno do termo utilizados são constantes já que a sociedade esta em constante mudança, tais mudanças no termo se faz necessário por conta da aceitação, como é constante a mudança saliento que o presente artigo utiliza-se de diferentes nomeações para o termo deficiência usado

no presente momento por se tratar de discursoes que em diferentes momentos e contextos. E não são só os alunos chamados de especiais que se beneficiam com uma nova postura da escola ao lidarem com eles, mas todos ganham em conhecimento e respeito aos direitos. Cada aluno terá uma grande riqueza de aprendizado se aprende desde cedo a lidar com contradições, erros e colaboração, com estimulo a criatividade.

Legislação em torno da educação inclusiva

O Brasil, tem avançado de forma significativa em relação aos países da Europa e da América do Norte no que consiste a educação inclusiva. A política de educação especial na perspectiva de educação inclusiva de janeiro de 2008 assegura o direito de toda criança estar inserida na escola comum, elucidando ações que são de competência da educação especial daquelas que são de competência do ensino comum. Neste caso a escola comum é responsável pela escolarização de todos os alunos, indistintamente, já a educação inclusiva que como público alvo as crianças com deficiências como: transtornos globais de desenvolvimento e super-dotação. De acordo com essa política um dos serviços oferecidos paralelamente é o AEE (Atendimento Educacional Especializado) este atendimento proporciona que os alunos com necessidades especiais tenham conteúdos pertinentes as suas dificuldade e proporcione uma maior assimilação do conteúdo. O Atendimento Educacional Especializado foi regulamentado pelo Decreto nº 6571 de 17/09/2008. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,

9.394/96 , no Capítulo III, art. 4º, inciso III, diz que é dever do Estado garantir o "atendimento educacional especializado gratuito aos alunos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino". No capítulo IV da LDB 9.394/96 menciona aspectos da educação especial, entre os aspectos relacionados, o art. 58. § 1º diz que," sempre que for necessário, haverá serviços de apoio especializado para atender às necessidades peculiares de cada aluno portador de necessidades especiais". Por exemplo, se em uma sala tiver um aluno cego este terá a necessidade de livros em Braille, ou um cadeirante deverá ter rampas de acesso para sua locomoção.

Segundo a revista Nova Escola Outubro de 2006, edição especial, em sua reportagem em relação aos aspectos que permeiam a ida dos alunos com necessidades especiais para a escola regular diz que: "no entanto, o preconceito e a falta de conhecimento das leis ainda deixam um grande contingente deles fora da rede regular".

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases em 1996, usa o termo estar preferencialmente incluída na escola regular, mas quando necessário este aluno será atendido no serviço especializado, este serviço será oferecido dentro da própria escola sem a necessidade de que este aluno busque um serviço fora da rede de ensino, este só será atendido em escola de educação especial observando-se que a escola mesmo com serviço especializados não consegue despertar no aluno uma educação significativa. Com a Resolução n.2/2001 que instituiu as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica, adverte-se que "os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais

especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos". Porém mesmo com o intuito de fazer com que estas leis surtam efeito as escolas esbarram em inúmeras dificuldades. Uma dificuldade encontrada pelas ecolas são os professores segundo a revista nova escola. O art. 59, inciso III, diz que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais "professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns" (Brasil, 1996, p. 44). Portando as legislações promovem reflexões e a necessidade de adaptações físicas e profissionais como diz Bueno:

Temos que pensar que para que a inclusão se efetue, não basta estar garantido na legislação, mas demanda modificações profundas e importantes no sistema de ensino. Essas mudanças deverão levar em conta o contexto sócio econômico, além de serem gradativos planejados e contínuos para garantir uma educação de ótima qualidade. (Bueno, 1998, p.8).

A educação inclusiva educação inclusiva ganha suas legislações, porém ainda necessita de apoio dos profissionais da educação e da sociedade.

Inclusão no contexto escolar

O paradigma da inclusão vem ao longo dos anos, discutindo a não exclusão escolar e buscando ações que garantam o acesso e permanência do aluno com deficiência no ensino regular. No entanto, a sociedade se mostra engessada em paradigma de segregação enraizados nas escolas e com todas as dificuldades e desafios a enfrentar, a sociedade divide opiniões entre manter o aluno com necessidades especiais dentro de uma escola "normal" ou proporcionar para eles uma escola com espaços e metodologias diferenciadas. A idéia de uma sociedade inclusiva vem de encontro a uma filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, partindo deste princípio os Direitos Humanos estabelecem a necessidade de garantir o acesso às oportunidades a todos os indivíduos independente das suas particularidades, de forma a incluir sendo assim vê se a necessidade de que se de está ação em ambientes de comum acesso, sem que esta se dê de forma isolada, e que a sociedade como um todo apoie estas iniciativas já que o fruto desta retornará a ela.

Certamente para a sociedade em sua visão ultrapassada a inclusão se daria apenas no acesso a locomoção em se tratando de deficiência motora, ou a oralização em se tratando da deficiência auditiva e assim por diante. Sendo assim, os serviços públicos imaginavam que disponibilizando este tipo de serviço a inclusão não seria apenas um anseio de familiares e educadores e começaria a ser realidade diante de uma sociedade que dúvida da capacidade de pessoas com deficiencia. Porém os ideais de educação inclusiva vem de encontro a uma abordagem que vai além da simples inclusão social (onde todos têm possibilidades físicas mesmo estas sendo adaptada ao meio, para realizar qualquer tipo de ação), esta se preocupa em como a sua aprendizagem se dará no ambiente escolar, e em que estas transformações acrescentaram em sua vida social, portanto ao pensar em educação inclusiva, questiona-se como a sociedade enxerga este cidadão. Como afirma Skliar.

Precisamos compreender o discurso em torno da deficiência para logo revelar que o objeto deste discurso não é a pessoa que esta numa cadeira de rosas, ou o que usa um aparelho auditivo ou o que não aprende segundo o ritmo e a forma como a norma espera.a deficiência está relacionada com a própria ideia de normalidade e com sua historicidade. (SKLIAR 2002, p.5).

A necessidade de se não analisar a escola como um ambiente isolado para que se aconteça à inclusão vem de encontro ao pensamento de Vidales.

O esforço e a luta institucional ao longo de décadas para produzir finamente esse efeito de incorpora-lo a um padrão de normalidade segundo o qual sua diferença teria diminuído, pois os sistemas de reabilitação teriam incorporado neles aquelas habilidades que os inseririam na condição de normalidade. (VIDALES 1999, p.91).

Países desenvolvidos como Estados Unidos, o Canadá, assim como a Espanha e a Itália, foi os pioneiros na implantação de classes inclusivas, grande parte das literaturas referentes às praticas da educação inclusiva começa a surgir na década de 90, porém estas literaturas se baseiam em experiências do final dos anos 80, onde se inicia uma discussão comum a necessidade de meios educacionais que atenda a todos.

Com a declaração de Salamanca (1994, p. 31), que deixava claro em suas intervenções que "todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível independente das dificuldades e diferenças que apresentem". Isso aconteceu na Espanha, mas proporcionou a reflexão de muitos países.

No Brasil uma das primeiras discussões foi a que ocorreu em Brasília dentro do segundo congresso brasileiro e I Encontro Latino Americano sobre Síndrome de Down, em junho de 1997, onde foram realizadas diversas discussões sobre educação inclusiva ministrada por especialistas da área, nesta ocasião o tema norteador tinha como principal referencial o pressuposto básico "de que todas as pessoas portadoras de necessidades especiais, especialmente aquelas portadoras de deficiência mental, têm o direito de experenciar um estilo ou padrão de vida que seria comum ou normal à própria cultura" Mendes, (1994, pp. 5-6).

A intenção desta reflexão era fornecer meios no qual o portador de necessidades especiais pudesse vivenciar um ambiente escolar o mais próximo possível daquele oferecido para aqueles que não possuem nenhuma deficiência.

A inclusão no Brasil são metas, defendidas por profissionais que tiram assim o caráter de uma utopia com o real intuito de uma sociedade justa e menos desigual. Para Vygotsky.

A criança cujo desenvolvimento foi comprometido por alguma deficiência, não é menos desenvolvida do que as "normais", porém é uma criança que se desenvolve de outra maneira, em decorrência da síntese entre os aspectos orgânicos, socioculturais e emocionais. (Vygostsks 1991, pp. 131132).

Pode-se observar que cada aluno é único sendo assim cada um desenvolve um ritmo de aprendizagem, e neste caso os alunos portadores de necessidades especiais também desenvolvem seu ritmo. Observando estas características viu-se a necessidade de investigar maneiras para proporcionar a este alunos recursos para que eles tives-

sem a mesma oportunidade de uma educação de qualidade dos demais alunos que não possuem nenhuma deficiência.

Para proporcionar melhor qualidade de ensino para estas crianças às políticas

públicas criaram as salas multifuncionais nas escolas publicas brasileira, ou seja, as escolas regulares passavam a atender os alunos com necessidades especiais, em salas comuns a todos, mas com isso a escola necessitaria mudar sua praticas pedagógicas, sendo esta uma das maiores atitudes em prol da concretização da política de inclusão. Deste modo passaria a ser necessária a adaptação das escolas para receber este novo publico que sairia das escolas especiais, em busca de um convívio social pleno e de uma educação emacipatória.

Quando se iniciou o processo inclusivo em nossas escolas regulares pouco se sabia

de como lidar com esta nova realidade, a sociedade dividiu-se entre a nova educação inclusiva, e o modo antigo de educação para os portadores de necessidades especiais.

Este novo processo como já foi dito causo estranheza na sociedade. Como diz Rogério Amato (1997, p. 317) ”quando se fala em inclusão social, pressupõe-se um senso de comunidade”, todo o processo inclusão escolar dependeria também da visão da sociedade, e esta não se abria para diferentes formas de conhecimento. Então a sociedade e a escola se desencontraram em ideais já que na escola o conhecimento alcançado pelo aluno com necessidades especiais era valorizado independente do grau de conhecimento, por sua vez a sociedade ainda não considerava este aluno apto para desenvolver as mesmas funções do aluno ”normal”. Exclui, então, os que não conseguem alcançar o conhecimento pleno por ela estabelecido, e não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes. E dentro da escola a educação inclusiva também era fruto de discussões já que ela o novo causa estranhamento e é difícil repensar sobre o que estamos habituados a fazer, além do mais se acredita que a escola não está estruturada para trabalhar com a homogeneidade, então se cria inúmeros impedimentos para que se implemente este novo conceito educacional. Em termos até compreensivo, se observamos o que diz Retondo:

De um lado, os professores do ensino regular não possuem preparo mínimo para trabalhar com crianças que apresentem deficiências evidentes e, por outro, grande parte dos professores do ensino especial tem muito pouco a contribuir com o trabalho pedagógico desenvolvido no ensino regular, na medida em que têm calcado e construído sua competência nas dificuldades específicas do alunado que atendem. (SILVA e RETONDO, 2008, p. 28).

As dificuldades ainda são maiores se levarmos em conta que o professor não tem formação para este tipo de demanda, e as escolas não possuem recursos físicos e didáticos, livros em Braille, rampas de acesso, banheiros adaptados, entre tantos outros, se algumas não conseguem atender seus alunos que não demandam nenhuma adaptação física, fica quase que impossível sem a estrutura adequada.

A inclusão na sociedade

A educação social tem cumprido, na sociedade moderna, duplo papel o de ensinar os conteúdos pertinentes a uma educa-

ção de qualidade e o de lugar onde se trabalha as diferenças, lugar este que não mais se trabalha assuntos isolados, mas tudo gira em torno de uma educação que vise à cidadania plena. Como a sociedade esta em transformações estes conceitos sociais, dividem opiniões, porém a revista nova escola alerta a sociedade:

Vamos observá-los por cinco anos, pois queremos comprovar que quem convive com as diferenças desde cedo se torna um cidadão melhor e mais consciente. Educação leva tempo, temos de começar a inclusão já. Assim, no futuro, as empresas vão contratar pessoas com deficiência não porque é lei, mas porque saberão do que elas são capazes." (revista nova escola, caminhos de inclusão no Brasil).

As dificuldades encontradas na sociedade são imensas e ainda percebemos a não aceitação escolar como o inicio destes educando na sociedade como uma das primeiras abordagem dificultosas, como vimos na citação acima, a sociedade verá estas transformações, porém levará tempo para que ela perceba os frutos destes novos conceitos.

A sociedade sofreu transformações, porém ainda não foram suficientes, para uma visão inclusiva plena já que apesar dos esforços vistos na escola e entidade de trabalho entorno da inclusão plena a sociedade se limita em focar nas dificuldades encontradas nas deficiências, não obstantes a uma visão inclusiva observamos diferentes focos de preconceitos e desinformação ao realizar a inclusão de pessoas com deficiência. Veja o que diz Carvalho

“atualmente, os preconceitos ainda existem em diferentes graus, os mitos são perpetuados, as contradições conceituais prevalecem, assim como as atitudes ambivalentes, as resistências, a inaceitação e as diversas formas de discriminação, Pode-se constatar essas atitudes também em documentos oficiais, visto que as propostas, bem como as ações, voltadas para suas concretizações decorrem de condições sociais, econômicas e políticas, historicamente determinadas”. (CARVALHO 1997, p.13).

Tendo em vista que a parte da formação social se aprende na escola, e que a escola reflete a sociedade, vê uma grande preocupação de como a sociedade absolve estas mudanças na sociedade já que não terá sentido se essa não observar que estes alunos inclusão deveram ser incluídos no mercado de trabalho tanto quanto os que não possuem qualquer deficiência confiando assim que a escola realmente executou um trabalho de qualidade. Entretanto segundo Carvalho:

O medo e a resistência fazem parte da opinião de uns, outros concordam com essa nova educação. O entusiasmo aparece manifesto em muitos educadores e pais, certos de que, na diversidade, reside a riqueza das trocas que a escola propicia. Uma turma heterogênea serve como oportunidade para os próprios educandos conviverem com a diferença e desenvolverem os saudáveis sentimentos de solidariedade orgânica. (CARVALHO 2009, pp. 27-28).

Em um passado não muito distante as crianças com deficiência eram colocadas em escolas diferentes separadas da sociedade, por pensarmos que assim elas estariam protegidas de preconceitos e teriam um tratamento diferenciado, porém após o período escolar elas não eram recebidos pela sociedade, já que por grande período eram ‘escondidos’, após ampla discursão de estudiosos

percebeu-se a necessidade de aproximá-las a sociedade através da escola.

Educação inclusiva em contexto escolar

É de extrema importância receber e incluir crianças deficientes, bem dotadas, crianças que vivem na rua, que trabalham marginalizadas, de diferentes línguas e cultura. Todas essas condições não são situação de fácil de resolvermos em se tratando de um ambiente escolar com diversas culturas. Analisando esta diversidade de público a palavra “inclusão” que até então foi colocada como foco às necessidades especiais físicas ganham um publico maior, pois não podemos esquecer-nos dos marginalizados onde a causa desta inclusão pode ser inúmeras desde apenas, não conseguir escrever seu nome após a idade pertinente a esta competência, até não poder se locomover até a sala. Em escolas regulares a todo o momento observam-se crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem estas têm, portanto, necessidades educacionais especiais, podendo ser em algum momento de sua escolarização. Cabe à escola promover uma educação de qualidade a todos, proporcionando a esta crianças meios de uma aprendizagem plena, independente de sua necessidade especial.

É cada vez maior o consenso de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais sejam conceito de escola integradora. “O desafio que enfrentam as escolas integradoras é o de desenvolver uma pedagogia centralizada na criança”. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 73).

A escola deve acolher todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras. Segundo Mantoan.

Diante dessas novidades, a escola não pode continuar ignorando o que aconteceu ao seu redor. Não pode continuar anulando e marginalizando as diferenças – culturais, sociais, étnicas – nos processos pelos quais forma e institui os alunos. Afinal de contas, aprender implica ser capaz de expressar dos mais variados modos, o que sabemos; implica representar o mundo a partir de nossas origens, de nossos valores e sentimentos. (MANTOAN 2006, pg.15)

É claro que ainda falta muito para a educação se torne de qualidade em 100% das escolas, isso se dá, pois muitas escolas não reúnem suas forças para esta “pedagogia centralizada na criança” como vimos na citação acima ainda a escola é prisioneira do exaustivo trabalho burocrático, falta à conscientização de alguns gestores e professores do real sentido de seu trabalho, e perceber que não é a falta de um aluno com necessidades especiais visíveis que fará com que ele não busque meios de trabalhar aqueles que não possuem a documentação necessária para classifica-lo como “aluno de inclusão”. O trabalho diferenciado deve ser para todos os únicos pré-requisitos para estas atividade diferenciadas em sala de aula é o aluno apresentar dificuldade, até por que todos eles são especiais, mesmo não tendo quaisquer deficiências física/motor.

Escola e sociedade diferentes visões

A educação inclusiva tem progressivamente tentado modificar este cenário

inserindo de forma gradativa portadores de necessidades especial na sociedade para competir de forma igual com os demais

no mercado de trabalho, é claro que tudo isso ocorre de maneira lenta e tímida, por conta de inúmeros motivos já questionados acima, porém espera-se que com o apoio das políticas publicas e das novas legislações possa ser possível enxergarmos as transformações, transformações estas principalmente de modo que a sociedade possa ver nestes cidadãos capacidades para ocupar postos de importância social.

Temos mudanças significativas ainda não são suficientes mas avançamos muito enquanto sociedade inclusiva, politicas inclusivas e igualitárias até antes sem visibilidade, tem ocupado espaços significativos na mídias e nas conversas em torno a como acontece a inclusão na sociedade após a saída do individuo na escola, de como esta mudança acontece e se realmente a escola esta contribuindo para que este individuo tenha seu lugar no mercado de trabalho e nas suas relações pessoais, o trabalho da escola não se limita apenas ao deficiente mas a uma discursão plena que os demais indivíduos envolvidos no processo também desolva conceitos inclusivos para sua vida em sociedade, minimizando assim o preconceito.

Pesquisas sobre a educação inclusiva estão associadas a lutas, questionamentos etc, onde a deficiência era vista apenas com uma doença que necessitava cura, segundo Sassaki

A pessoa deficiente é que precisa ser curada, tratada, reabilitada, habilitada, etc. A fim de ser adequada à sociedade como ela é, sem maiores modificações .O modelo dificulta a aceitação da deficiência e, portanto, é concebível que a sociedade mantém barreiras físicas e atitudinais que, muitas vezes, impossibilitam as pessoas com deficiência de usufruir seus direitos básicos. SASSAKI (1997, p.29).

A pessoa com deficiência vem conquistando seu lugar na sociedade a cada dia, a legislação e a educação vêm contribuindo para formas eficazes de inclusão assegurando direitos iguais para todos. Segundo Sassaki.(1997, p.47) “os problemas das pessoas com necessidade especiais não estão nela tanto quanto na sociedade”. Isso se dá por que já foi criando um conceito que os portadores de necessidades especiais são “coitadinho”, e não é incomum vermos a sociedade priva-los de trabalho por acreditar que haverá barreiras para a execução de sua tarefas e está deverá se adaptar. Porém a educação inclusiva não terá seu verdadeiro sentido se a sociedade não se abrir para este novo conceito.

Considerações finais

Podemos concluir que a inclusão é um processo inovador que requer esforços e reestruturação, para mudarmos a exclusão passaremos por inúmeros desafio, e questionamento, não basta incluirmos na escola, é preciso oferecer a estes aluno um ensino voltado a uma aprendizagem efetiva. O Brasil tem acompanhado os países mais desenvolvidos quando o assunto é educação inclusiva, mas sofremos quando o assunto e infraestrutura e formação adequada dos profissionais inseridos no sistema de ensino.

Realmente percebe-se haver uma divisão social quando o assunto é escola regular

ou especial para os alunos portadores de necessidades especiais, segundo Mantoan (1997, pg.70) “A inclusão implica em toda uma reforma na organização e funcionamento dos serviços destinados aos alunos

especiais", esta reorganização é que pressupõe tempo, investimentos poder público, formação dos profissionais para uma educação de qualidade e apoio da sociedade para que estes esforços venham surtir efeito.

Os primeiros e fundamentais passos já foram dados que são as legislações que

regulamentam o direito destes cidadãos a participar da sociedade com imparidade, até então esta era ocupada pela idéia de segregação onde não só aqueles que tinham realmente uma limitação física eram excluídos, mas todos que apresentassem algo não comum à comunidade escolar.

A escola com estas mudanças sociais fica responsável por tirar da sociedade estas crianças portadoras de necessidades sociais ou vitimas de preconceitos sociais, forma-las de maneira emancipatória respeitando suas limitações e seu grau de terminalidade e devolve-las, com visão crítica e pronta para inserir-se de maneira participativa na sociedade, de modo que a sociedade perceba que a educação inclusiva realmente esta de "mãos dadas com a sociedade", porém tudo isso leva tempo, por isso é necessário este período de construção pelo qual estamos passando a fim de colhermos os frutos de uma sociedade plena onde todos tem o direito de participar sem nenhum preconceito, de maneira que todos possam apropriar dos bens culturais traduzidos como conhecimentos advindos da escola.

Referências

CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva com os pingos nos "is". Porto Alegre: Mediação, 2004

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997

CARVALHO, R. A nova LDB e a Educação Especial. Rio de Janeiro: WVA, 1997. UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ações sobre necessidades educativas especiais. Tradução por: Edilson Alkimin Cunha. Brasília: Corde, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A integração de pessoas com deficiências: contribuições para reflexões sobre o tema. São Paulo: Memnon: Editora SENAC, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? Como fazer? 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

SKLIAR, C. (Org.). Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

VYGOTSKY, L.S. A formação social da mente. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

RETONDO, C.G. e SILVA, G.M. Atividades de estágio relacionadas à educação especial em um curso de licenciatura em química: desafios e perspectivas. In: 30ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Química. Anais. Águas de Lindóia, 2007.

BUENO, J.G. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 3, n. 5, p. 7-25, 1998.

Lei de Diretrizes e Bases da Edu-